

Reflexões libertárias em Educação: o ensino de Geografia.

Olívia Pires Coelho

Olivia.p.coelho@gmail.com

Este trabalho parte da tentativa de somar à – felizmente – constante produção de trabalhos acadêmicos que ressaltam um olhar libertário sobre as práticas sociais, educacionais, ambientais, políticas e econômicas. Trata-se um trabalho geográfico acerca da instituição Escola e dos instrumentos normativos que a regem, como Políticas Educacionais, Parâmetros e Diretrizes de ensino e se propõe a estudar as metodologias propostas pela Pedagogia e Geografia Libertária para a Educação e o Ensino.

Ressalta-se aqui a preocupação metodológica das ciências humanas e sociais em não entender a realidade como algo estático e não passível de mudanças. Professores são agentes ativos no processo e não objetos de pesquisa, o ato de ensinar ministrando aulas é um processo de descoberta e disseminação de conhecimento, sendo, portanto, impossível aplicar regras universais ao seu funcionamento e até mesmo a sua função social. Não é possível por a Educação, o Ensino ou a escola em microscópios e nem em linhas de produção para serem analisados. Além disso, acredito não ser possível produzir “ciência social” com neutralidade ideológica, imparcial. E acredito também que isso não exclui – de maneira alguma – a objetividade científica da pesquisa, ao contrário do pensamento comtiano de que a sociedade pode ser epistemologicamente assimilada à natureza, portanto, descarta-se aqui qualquer proposição de que a realidade social é fruto de leis naturais, descarta-se também o caráter neutro nas análises. Entende-se a sociedade como fruto de relações antagônicas, contraditórias e desiguais. E isto é compreendido enquanto fator necessário para análise científica. Como propôs Lowy (1989) ao analisar Teoria Política:

“O erro fundamental [...] é, pois, a incompreensão da especificidade metodológica das ciências sociais com relação às ciências naturais, especificidades cujas causas principais são: 1- Caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, susceptíveis de transformação pela ação dos homens. [...] 3- O fato de que os problemas sociais suscitem a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais. 4- As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter conseqüências diretas sobre a luta de classes.”

Consideram-se os fenômenos sociais, políticos e econômicos envolvidos nos processos educacionais que são estudados aqui. É importante ressaltar que o uso de autores de perspectiva marxista neste trabalho refere-se apenas na necessidade de fomentar o debate; leva-se em consideração a crítica ao Estado capitalista, feita pelo marxismo, mesmo que esta não seja de negação do Estado e sim, reformista.

Os procedimentos teórico-metodológicos para desenvolver a pesquisa proposta pautam-se – majoritariamente – no anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend. Partindo desse princípio, propõe-se uma metodologia onde se procura uma ruptura com o positivismo científico geográfico, levando em consideração abordagens teóricas libertárias da Geografia, desprendendo-se de métodos rigorosos e dogmas fechados. A criatividade e a liberdade metodológica sustentam este trabalho, que, talvez, não corresponda aos artigos científicos geralmente publicados em simpósios, pois este não segue padrões acadêmicos convencionais, trazendo mais questionamentos do que apontamentos e soluções (ditos resultados e discussões.)

Não se parte de um posicionamento ingênuo, uma visão salvacionista da Escola ou do Ensino de Geografia, ao contrário, considera-se a escola enquanto uma instituição antagônica e contraditória e propõe-se uma reflexão que não se apresenta de forma pragmática e nem de um suposto imediatismo, mas, sim, de um posicionamento e identidade política de caráter libertário, bibliograficamente e livremente inspirado em referencial de teor anarquista. Portanto o que está proposto neste ensaio é um olhar libertário sobre a instituição Escola e a influência normativa do Estado nesta.

É importante iniciar com a noção de que a instituição escola está inserida na estrutura de poder do Estabelecimento (status quo), sendo:

“O Estabelecimento é a situação atual e, principalmente, o poder vigente que a sustenta. Serve para designar ao mesmo tempo as coisas como elas estão atualmente, e também as instituições que as mantêm desta forma. É um conceito utilizado principalmente por anarquistas, que consideram que o Estado integra (e sempre integrará) uma estrutura de poder concentrado, e principalmente que, atualmente, serve como defensor, produtor e reproduzidor da opressão.”

Este conceito de Estabelecimento tem como referencia o blog Incandescência e neste trabalho tal conceito refere-se à situação escolar-institucional atual, onde há normas e parâmetros previamente estabelecidos pelo Estado para que o ensino seja legalmente (e socialmente) reconhecido. Como, por exemplo, os padrões pedagógicos de qualquer instituição deve ser aprovado pelo Ministério da Educação, assim como acontece a fiscalização dos profissionais da área e uma padronização do que deve ser estudado nas licenciaturas e faculdades de Pedagogia, inclusive as horas que devem ser dedicadas ao ensino de determinado saber, mais horas dedicadas ao ensino de Matemática e Línguas, menos horas dedicadas ao ensino de Ciências. Os talentos e aptidões naturais das crianças não são levados em consideração para formular o seu “currículo escolar”, todos são legalmente obrigados a estudar as mesmas áreas do conhecimento durante toda a trajetória estudantil, não podendo avançar nos níveis (séries) se não obtiverem resultados satisfatórios em todas as áreas. A estrutura atual é, de fato, defensora, conservadora, produtora e reprodutora da opressão pelo seu poder concentrado.

No Brasil não é possível educar as crianças em casa ou em grupos escolares autônomos. É preciso que os educadores estejam devidamente credenciados (licenciados...) pelo MEC e que a instituição (seus diretores, corpo docente, estrutura predial) passe pelo processo burocrático de “estar enquadrada” nos padrões necessários propostos pelo Estado para que os estudantes sejam socialmente aceitos enquanto tal. O Estabelecimento não leva em consideração que o aprendizado acontece cotidianamente nas relações sociais, este só é reconhecido depois de legalizado e comprovado. Autodidatas, crianças que estudaram com grupos escolares nos movimentos sociais (como escolas em assentamentos de reforma agrária), mães e pais que decidiram alfabetizar as crianças em casa, etc; dificilmente conseguem reconhecimento pela sua formação, senão ao se submeter a exames específicos de seleção, como o ENEM (elaborado sob o controle do Estabelecimento) para obterem “certificação”. O questionamento inicial é: O controle do Estado na Educação é necessário?

Para Durkheim (1977), não há como considerar a Educação sem o princípio de intervenção do Estado. A unidade da moral democrática eficiente requer a controle e a imposição das ações:

“Admitindo que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dela. Ao contrário, tudo o que seja educação deve estar até certo ponto submetido à sua influência. [...] Pode-se acreditar que o progresso escolar seja mais fácil e mais rápido onde certa margem se deixe a iniciativa privada. O indivíduo é sempre mais renovador que o Estado. Mas, do fato de dever o Estado, no interesse público, deixar abrir outras escolas que não as suas, não se segue que deve torna-se estranho o que nelas se venha a passar. Pelo contrário, a educação que aí se der deve ser submetida a sua fiscalização. Não é admissível que a função do educador possa ser preenchida por alguém que não apresente as garantias que o Estado, e só ele, pode ser juiz. [...] O princípio de intervenção não se contesta.”

Durante a história, a Escola e o ato de ensinar sempre estiveram submetidos a fiscalização da Igreja ou do Estado. De fato, não há liberdade nas escolas públicas ou particulares para autonomia no seu funcionamento e gestão. A iniciativa privada vende o produto “ensino” com um grande respeito pelo órgão fiscalizador (MEC), os horários são pré-estabelecidos antes mesmo que o estudante tenha contato com a instituição. As horas que serão dedicadas para cada área de conhecimento não estão em discussão para os pedagogos das escolas, para os professores e tampouco para os estudantes. A instituição escolar, no Estabelecimento, aparece como a materialização física do espaço-tempo destinado a Educação, apenas sendo possível o seu funcionamento e reconhecimento social após a fiscalização do Estado. Nenhum padrão pedagógico acontece por acaso.

Ao trabalhar o conceito de “boa escola” a socióloga Carla Campos refere-se a escola enquanto um aparelho ideológico estatal, diante do controle total exercido por este em qualquer instituição com fins educativos. No Estabelecimento, o controle do Estado nos sistemas escolares e padrões pedagógicos controlam todos os conhecimentos e os filtra de acordo com seus interesses. Campos (2011) sobre a instituição Escola afirma:

“A educação é objetivada em tempo e espaço determinados com fins específicos previamente estabelecidos ou quase sempre cristalizados. [...] Ainda sobre isso, a Escola enquanto um aparelho ideológico estatal, sendo a instituição que materializa fisicamente o espaço-tempo específico da Educação.”

O Estado age na educação como uma máquina de controle. As escolas só funcionam sob suas políticas educacionais, seus parâmetros e diretrizes curriculares. Na área de Geografia houve uma forte discussão acerca de uma possível reforma no ensino escolar (Vesentini, 1992), mas sempre em uma proposta marxista, ênfase na luta de classes e no proletariado, sem a negação da estrutura de poder do Estado. E é justamente sob essa negação que a Pedagogia e a Geografia Libertária propõe novas metodologias de ensino. Souza (2010) aponta que a linhagem libertária na Geografia foi vista sempre de maneira marginal, pois a “crítica” sempre foi numa perspectiva marxista, com pouca ou nenhuma ênfase em autores libertários e/ou anarquistas.

A Geografia Libertária propõe, por sua vez, a negação total do Estado e a emancipação humana em todos os aspectos, inclusive (ou principalmente) na Educação. O Estado legitimado como estruturas opressoras precisaria ser desconstruído, seus aparelhos ideológicos que representam o conjunto das negações das liberdades individuais e coletivas.

Na estrutura vigente esse poder e controle transformam a Educação em algo burocrático e repulsivo. Não há mais o Ensino por prazer, não é possível estabelecer um espaço de resistência, de emancipação, de disseminação do conhecimento livre no ambiente escolar burocrático, no ambiente cristalizado e dominado pelo poder do Estado. É preciso pensar em metodologias alternativas de Ensino para uma educação libertária.

A Educação no pensamento libertário (Rodrigues, 1999) aponta que:

“Educar não é o mesmo que instruir. A instrução corresponde ao aprendizado de um ofício, atua no desenvolvimento das faculdades intelectuais, enquanto a educação atinge o homem no seu todo. Um analfabeto pode ser bem educado e um homem instruído, possuidor de títulos doutorais, universitários, um estúpido carente de educação, um

incapaz diante da vida. A educação atinge todos os setores em que o homem exerce a inteligência, a memória, a vontade, os sentimentos, o comportamento dentro do grupo, no seu meio e na sociedade. Educação envolve compreensão, tolerância, respeito mútuo, solidariedade humana; não é o ensino de palavras de espaço limitado, é o ensino de fatos, pela natureza, pela vida. Educação – não é convencer a criança e o adulto de que “o homem moral e o bom cidadão deve aprovar, amar o regime social sob o qual vive e que, é imoral, criminoso, criticá-lo, procurar que se modifique, e ainda mais, lutar para destruí-lo.” (Paul Robin) Educação é a forma de ensino expurgado de todas as inutilidades clássicas, integradas as necessidades da vida, tratada individualmente, como as plantas, cada uma independentemente. E, acima de tudo, a preparação do homem para a liberdade, para a criatividade e a solidariedade. Educar é contribuir para formar caracteres retos, despertar o amor pela humanidade, converter o homem no amigo do homem, responsáveis por si, pelo grupo, em irmão do homem.”

(Pequeno Dicionário de Idéias Libertárias)

Diferente do que se propõe no pensamento libertário, o Estabelecimento usa a Educação como um meio de controle e direcionamento ideológico dos estudantes. Escola é onde se aprende a amar a pátria, reconhecer o papel do Estado e a importância da propriedade privada. É o espaço de (re)produção do pensamento proposto pelo Estabelecimento. É preciso superar este modelo.

Aqui resgatamos o anarquista e geógrafo Elisee Reclus que propôs um método inovador (no século passado!) do ensino de Geografia para a emancipação humana, baseando-se principalmente na necessidade de que os estudantes não sejam alienados ao próprio conhecimento. No Estabelecimento, os estudantes são bombardeados por conhecimentos dispersos de sua realidade, constantemente se perguntando em que momento da sua história lhes serviriam os conhecimentos que lhe foram ensinados no ambiente escolar. Como aponta Lacoste (*apud*. Vesentini, 1992):

“A geografia escolar foi imposta a todos no fim do século XIX e esse modelo continua a ser reproduzido ainda hoje, quaisquer que possam

ter sido os progressos na produção de idéias científicas, encontra-se totalmente alheado de toda a prática. De todas as disciplinas ensinadas na escola ou no liceu, a geografia é, ainda hoje, a única que surge como um saber sem a mínima aplicação prática fora do sistema de ensino.”

O ensino escolar é apresentado apenas como “um mal necessário” a ser vencido no percurso da vida. No tomo Educação da obra “O Homem e a Terra” Reclus (2010) aponta a necessidade de mostrar aos estudantes o encadeamento dos fatos, para que (os mesmos) não sintam que estão sendo "cheios" de conhecimentos dispersos da sua realidade, o autor expõe que é necessário mostrar-lhes os fatos, as obras literárias e artísticas, para que os estudantes aprendam as ciências da maneira não convencional e hegemônica, que não seja pela memória, e sim pelo reconhecimento no seu espaço vivido, pelas experiências. Reclus também ressalta na obra que é preciso que os estudantes encontrem alegria em todos os progressos da ciência e da arte, onde possam não ser tratados como "carreiristas", aprendizes industriais e possam reconhecer o ensino escolar como um instrumento na formação do pensamento libertário.

Segundo Reclus (2010), os estudantes aprendem quando são instigados a desenvolver nada mais do que a sua própria inteligência e imaginação, sem pressa e sem conclusões prematuras:

“As brutalidades da concorrência vital, a necessidade para os jovens de ganhar a vida tão rapidamente quanto possível, enfim, a estúpida vaidade que leva os pais a desejar para a sua prole um rápido avanço nos estudos, têm por consequência um método de instrução apressado, superficial, ou até mesmo completamente falso. Milhares e milhares de candidatos buscam simplificar seu trabalho decorando as fórmulas de seu manual, mastigando e remastigando frases expectadoras antes deles por célebres professores, amontoando na memória áridas definições sem cor e sem vida.”

Não se deve pensar a Escola enquanto um espaço de formação técnica e vazia, mas como um espaço de desenvolvimento dos talentos individuais dos estudantes, que

serão reconhecidos durante a sua trajetória escolar e aprimorados na universidade ou onde melhor lhes parecer. É preciso desconstruir a ideia da escola enquanto uma prisão, assim como não devem desconsiderar opções paralelas a vida acadêmica ou profissional formal.

P. Kropotkin foi outro anarquista geógrafo que propôs métodos de ensino fora do Estabelecimento. Para este, a educação escolar deve servir como um instrumento de aproximação e não repulsa para os estudantes, sendo assim, Kropotkin em “O que a Geografia deve ser” (2012) incentiva a exploração da imaginação dos estudantes para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento escolar, que não deve ser diferente do conhecimento da própria vida, assim como explorar o próprio sentimento artístico, de criatividade... É importante que o educador não "mate" a imaginação das crianças a fim de obter um melhor êxito no raciocínio do estudante, impondo-o um regime de normas científicas. Criatividade é uma expressão de liberdade para a criação e a criação deve ser incentivada.

Em carta a Reclus, Kropotkin (2012) escreve que a escola atual é formada para criar a aristocracia do saber. Hierarquizada, com o funcionamento e estrutura para dogmatizar os estudantes com métodos, fórmulas e um conhecimento da história que os tornam individualistas e perdidos no seu “tempo-espaço”. “Em toda a parte da história na escola é tempo absolutamente perdido para aprender nomes, leis incompreensíveis para as crianças, guerras, mentiras convencionais... e em cada área o desperdício de tempo alcança proporções vergonhosas.”. O Estabelecimento propõe uma escola vergonhosa.

Apesar da grande importância de Reclus e Kropotkin para pensamento libertário na Geografia e da atualidade de suas obras, é preciso haver novas proposições na discussão sobre o Ensino na Geografia, romper com os clássicos, mas, para tanto, é preciso romper com a Geografia crítica-marxista e com uma Geografia do Estado, reformista. Neste sentido aponta-se aqui uma tentativa de somar aos escritos para formular (ou resgatar) uma Geografia livre

Referências bibliográficas

CAMPOS, Carla de Paula Silva. A “boa escola”: a educação sob olhares libertários. Monografia: Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia. 8ª edição. Tradução do Prof. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

INCANDESCÊNCIA. Em: <http://incandescencia.org/>

LOWY, Michael. Método dialético e teoria política. 2ª ed. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

RECLUS, Élisée. O Homem e a Terra. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário, 2010.

RECLUS, Elisee. KROPOTKIN, Piotr. Escritos sobre Educação e Geografia. Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Edgar. Pequeno Dicionário de Ideias Libertárias. 3ª edição. CC&P Editores, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Uma Geografia marginal e sua atualidade: a linhagem libertária. Texto apresentado no Primeiro Colóquio Território Autônomo. Rio de Janeiro, 2010.

VESENTINI, José William. Para uma Geografia Crítica na escola. Coleção Fundamentos. São Paulo : Editora Ática, 1992.